

## Impugnação: Prefeitura de Siqueira Campos PR - CP nº07/2024 - Processo 156/2024



De Michael Souza <gco@remo.com.br>  
Para <licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br>  
Cc <comercial@remo.com.br>  
Data 2025-03-17 17:23  
Prioridade Muito alta

567

Prefeitura de Siqueira Campos PR - Impugnação Edital - CR 007.2024[1].pdf (~2,9 MB)

Prezados(as) da Comissão de Licitações, boa tarde!

Tendo em vista que o edital de Concorrência Presencial nº 07/2024 possui alguns pontos problemáticos, que podem restringir a competitividade, apresentamos no anexo o pedido de impugnação.

Ficamos à disposição para qualquer informação complementar que julgarem necessária.

Atenciosamente,



**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS/PR**

Aos cuidados do Agente de Contratação

**Concorrência Pública Presencial nº. 07/2024**

**Processo Administrativo nº. 156/2024**

**CONSTRUTORA REMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.225.557/0001-96, com sede na Avenida Francisco Sales nº. 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-220, vem, à presença de V.Sa., nos termos do art. 164 da Lei 14.133/21, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Licitação da Concorrência Pública Presencial nº. 07/2024, pelas razões a seguir expostas:

**1 – TEMPESTIVIDADE**

O **MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS** tornou público o Edital de Licitação da Concorrência Pública Presencial nº. 07/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia elétrica para fornecimento e instalação de luminárias de LED; fornecimento de equipamentos de telegestão, manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/luminotécnicos.

No item 2.2 do instrumento convocatório e em consonância com o art. 164<sup>1</sup> da Lei 14.133/21, estabeleceu-se que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Conforme consta do Portal da Prefeitura<sup>2</sup>, a data prevista para a sessão ocorrerá dia 21/03/2025:

MODALIDADE - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - 7/2024			
DATA DE CADASTRO/HORÁRIO	DATA DE ABERTURA/HORÁRIO	DATA DE ABERTURA/HORÁRIO	DATA DA DISPUTA/HORÁRIO
09/01/2025 09:00:00	19/01/2024 09:00:00	21/03/2025 09:00:00	21/03/2025 09:00:00
Nº DO PROCESSO	STATUS		
156	Resolva		
VALOR ESTIMADO			
R\$ 5.802.710,12			
OBJETO			
Contratação de empresa para prestação de serviços especializados no ramo de engenharia para fornecimento e instalação de luminárias de LED, fornecimento de equipamentos de telegestão; manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/ luminotécnicos, em regime de empreitada global, em conformidade com todas as disposições constantes no TR e na planilha orçamentária que integram o edital.			
Fiscal de Contrato: Rodrigo Silva de Freitas nomeado pela Portaria nº 085/2024.			
RESUMO			
Acesse aqui o edital completo/public/admin/globolurajupioacts/iles/EDITAL%20READEPTURA%207%2024			

<sup>1</sup> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame

<sup>2</sup> <https://www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao/detalhe/1596/pcontratacao-de-empresa-para-prestacao-de-servicos-especializados-no-ramo-de-engenharia-para-fornecimento-e-instalacao-de-luminarias-de-led-fornecimento-de-equipamentos-de-telegestao-manutencao-e-cadastro-das-luminarias-existentes-e-projetos-eletricos-luminotecnico-em-regime-de-empreitada/>

A regra da contagem de prazos no edital ficou estabelecida no item 17.6, onde excluir-se-á o dia de início - data de abertura do certame - e incluir-se-á o dia do vencimento.

**17.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Logo, uma vez que a se exclui a data de início (21/03/2025), o prazo final para apresentação da impugnação (até 03 dias), **ocorrerá em 18/03/2025**, uma vez que o dia do vencimento também é incluído.

A exegese da Lei nº 14.133/21 determina a interpretação conjunta dos artigos 164<sup>3</sup> e 183<sup>4</sup> para a contagem do prazo de impugnação, conforme decisões proferidas pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG.

No Processo de nº. 1120181, cujo acórdão, da lavra do Conselheiro Hamilton Coelho, foi disponibilizado em 16/07/2024, o relator analisou, sob o prisma da Lei nº 8.666/93 (e a lógica na contagem é idêntica à legislação atual, com a única diferença que o prazo anterior para impugnação era de até 2 dias úteis antes da abertura dos envelopes), o seguinte caso: foi apresentada impugnação a um edital deflagrado pelo Município de Abaeté no dia 16/05/2022, a abertura dos envelopes estava agendada para o dia 18/05/2022 e a impugnação não foi recebida ao argumento de intempestividade.

O julgador refutou o não conhecimento da impugnação ofertada, e argumentou:

(...) in casu, reputo que a impugnação poderia ter sido protocolizada até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública de realização da licitação, logo, até 16/5/2022, **visto que o legislador, ao utilizar o termo "até", manifestou sua intenção de que o segundo dia útil anterior ao da realização do certame seja computado na contagem do prazo.** Logo, era tempestiva, a meu ver, a impugnação apresentada pela denunciante.

A interpretação realizada pelo TCE/MG em 2024 não é nova, há vários outros julgados no mesmo sentido, a exemplo da decisão exarada na Denúncia n.º 1.120.008:

(...) conclui-se que a impugnação poderia ter sido intentada até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública de realização da licitação, **tendo em vista que a expressão "até" implica que o segundo dia útil anterior ao certame está incluído no prazo.** Logo,

<sup>3</sup> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

<sup>4</sup> Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com **exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento** e observarão as seguintes disposições.

havendo a sessão de abertura do pregão sido convocada para 08/06/22 (quarta-feira), o primeiro dia útil anterior seria 07/06/22 (terça-feira), e o segundo 06/06/22 (segunda-feira), no decorrer do qual deveriam ser recebidas impugnações ao edital.

Isto posto, o não conhecimento da impugnação apresentada em 06/06/22 implica infringência ao disposto no próprio edital e na Lei nº. 8.666/93.

Pelo exposto, considera-se o prazo fatal para apresentação da presente impugnação em **18/03/2025**, portanto, **tempestiva**.

## 2 – MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles<sup>5</sup>:

"Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, às imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado."

Seguindo tais premissas, a Lei nº 14.133/21 estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescentar cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de infringir uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação.

Colocadas essas considerações, passamos a análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

<sup>5</sup> *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.

**2.1 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL MENOR OU IGUAL A 0,50 - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA - OFENSA AO § 5º DO AT. 69 DA Lei 14.133/2021 - CARÁTER RESTRITIVO DE PARTICIPAÇÃO AO CERTAME LICITATÓRIO - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DO FORMALISMO MODERADO**

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.

Sobre o tema o Tribunal de Contas da União - TCE já se pronunciou a respeito, conforme se verifica da Súmula 289:

**SÚMULA TCU 289:** A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, **deve estar justificada no processo da licitação**, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Nesse sentido, a presença de justificativa para e exigência de índices de coeficientes e índices econômicos é obrigatória no processo licitatório.

O item 7.4.7 do edital que dispõe sobre a qualificação econômico-financeira, prevê que o índice de grau de endividamento máximo admitido para participação na licitação será no máximo igual ou menor que 0.50 (zero vírgula cinquenta). Veja-se:

**7.4.7.** A boa situação financeira será avaliada pela apresentação dos seguintes índices: ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ILG (Índice de Liquidez Geral) igual ou superior a 1 (um) e Grau de Endividamento máximo igual ou menor de 0,50 (zero vírgula cinquenta), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

Entretanto, não há qualquer justificativa no Estudo Técnico Preliminar e nem no Termo de referência do Edital, para a adoção de grau de endividamento igual ou menor que 0,50.

O item 7.4.7 fere o dispositivo do §5º da Lei 14.133/2021, que veda a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para cumprimento das obrigações decorrentes da licitação:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital,

devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.**

A jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais é uníssona no sentido de que é ilegal cláusula que exige grau de endividamento máximo ou inferior a 0,50. Cite-se:

DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. AUSÊNCIA DE DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVOS POR MUNICÍPIO E DE PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS. TRATAMENTO DIFERENCIADO INDEVIDO PARA ME/EPP. **EXIGÊNCIA DE ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO RESTRITIVO PARA FINS DE AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

SOBREPOSIÇÃO DO OBJETO DA CONCORRÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO CERTAME PUBLICADO PELA MESMA ENTIDADE. AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS E DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS. PRESENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. SUSPENSÃO DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA referendada. **Quando no procedimento licitatório estiver concretizada a ofensa às normas e princípios reguladores da licitação, para fins de se evitar que a Administração possa levar a efeito a celebração de um contrato administrativo irregular, faz-se necessária a intervenção fiscalizatória com vistas à concessão da medida cautelar de suspensão liminar do certame.** (TCE-MG - DENÚNCIA: 1168151, Relator.: CONS. MAURI TORRES, Data de Julgamento: 02/07/2024, SEGUNDA CÂMARA, Data de Publicação: 09/07/2024)

MEDIDA CAUTELAR. DENÚNCIAS. PREFEITURA MUNICIPAL. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. Outorga de concessão da prestação e exploração do sistema de transporte público coletivo. **Indicação de índice de endividamento menor ou igual a 0,5 sem justificativas fundamentadas.** habilitação indevida de empresa licitante. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. PERIGO NA DEMORA. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

**1. A exigência de comprovação de índice de endividamento menor ou igual a 0,5 no mercado de transporte público, sem as justificativas pertinentes, constitui obstáculo à entrada de empresas qualificadas e experientes que operam com alavancagem financeira neste setor, configurando restrição indevida que desestimula a participação de um maior número de licitantes.** (TCE-MG - DENÚNCIA: 1181310, Relator.: CONS. SUBST. ADONIAS MONTEIRO, Data de Julgamento: 04/02/2025, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 19/02/2025)

Nesse sentido, é ilegal cláusula que prevê grau de endividamento menor ou igual a 0,50, por se tratar de obstáculo à entrada de empresas qualificadas e experientes que operam com alavancagem financeira neste setor, configurando restrição indevida que desestimula a participação de um maior número de licitantes.

Noutro lado, configura-se também ofensa ao princípio do formalismo moderado, conforme se extrai da jurisprudência dos Tribunais de Justiça:

REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DE GRAU DE ENDIVIDAMENTO EM ÍNDICE MENOR OU IGUAL A 0,50, CONFORME PREVISÃO EDITALÍCIA. EXIGÊNCIA DE REGISTRO NA ARCE (AGÊNCIA REGULADORA DO ESTADO DO CEARÁ) PARA OS LICITANTES SEDIADOS NO ESTADO DO CEARÁ. EMPRESA IMPETRANTE SEDIADA EM BELO HORIZONTE/MG. EXCESSO DE FORMALISMO. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E IMPROVIDA. MANUTENÇÃO TOTAL DA SENTENÇA. 1. **Constitui-se excesso de formalismo a decisão que desclassificou a empresa impetrante pela falta de comprovação de grau de endividamento com índice igual ou inferior a 0,50, quando apresentadas as demais garantias exigidas no edital para execução do contrato, sobretudo em observância ao princípio da razoabilidade e em prol do interesse público, para que da licitação participem o maior número de licitantes, a fim de que a escolha final recaia sobre a proposta mais vantajosa.** 2. Além disso, percebe-se que a empresa impetrante é sediada em Belo Horizonte/MG, conforme extrato do seu CNPJ à fl. 13 dos autos. Assim, é cabível exigir o registro junto a Agência Reguladora do Estado de Minas Gerais, e não do Estado do Ceará. Segundo a Ata da Sessão Pública do Pregão (fl. 21), verifica-se que a empresa foi desclassificada por não apresentar registro junto a ARCE, especificamente. 3. Remessa Necessária CONHECIDA e IMPROVIDA. Manutenção total da sentença. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por julgamento unânime, em CONHECER da Remessa Necessária para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se inalterada a sentença, nos termos do voto do Relator, integrado a este acórdão. Fortaleza/CE, 26 de outubro de 2022. MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator  
(TJ-CE - Remessa Necessária Cível: 00513363520218060173 Tianguá, Relator.: RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, Data de Julgamento: 26/10/2022, 2ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 26/10/2022)

A Administração executa suas atividades em benefício da coletividade, contudo, mesmo quando age para atingir algum objetivo estatal imediato, o real fim de seus atos deve estar direcionado para o atendimento do interesse público. Com essa construção, de acordo com o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, identificada uma ação tomada em desconformidade com a lei ou com o interesse público, devem os gestores públicos ter a possibilidade administrativa de revê-la, ajustando assim o ato, de forma que os interesses do Poder Público estejam em sobreposição aos eventuais interesses particulares envolvidos.

É dessa necessidade que surge a possibilidade de anulação e revogação dos atos administrativos. Conforme prevê a Súmula 473 do STF:

A Administração tem o poder de revogar seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando-se os eventuais direitos adquiridos, ressalvada sempre a possibilidade de apreciação judicial. Pode ainda anular seus atos praticados quando identificar vícios que os tornam ilegais, uma vez que deles não se originam direitos.

Pelo exposto, necessário que o Município de Siqueira Campos, na pessoa do agente de contratação, acolha a presente impugnação para retificar o edital e excluir o item 7.4.7 do edital que dispõe sobre a qualificação econômico-financeira, estabelecendo que o índice de grau de endividamento máximo admitido para participação na licitação será no máximo igual ou menor que 0.50 (zero vírgula cinquenta), pela ausência de justificativa no processo administrativo e contrário ao § 5º do art. 69 da Lei 14.133/2021, bem como por ofensa ao caráter competitivo do certame e aos princípios da legalidade e do formalismo moderado.

**2.2 – EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA PRÉVIA– IRREGULARIDADE – OFENSA AO §2º DO ART. 63 DA LEI 14.133/2021 – POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA VISTORIA POR DECLARAÇÃO FORMAL**

A Lei nº 14.133/2021 admite a exigência de visita prévia quando esta for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, podendo o edital prever a necessidade do licitante atestar que conhece o local e as condições de execução, devendo, todavia, conter também a previsão da possibilidade de substituição da vistoria por uma declaração formal nesse sentido.

O §2º do art. 63 estabelece:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

As visitas ao local de execução da obra devem ser entendidas como um **direito subjetivo da empresa licitante e não como uma obrigação imposta pela Administração**. Tais visitas devem ser facultadas aos participantes do certame, pois têm por objetivo servir de subsídio à elaboração da proposta de preços e dirimir eventuais dúvidas acerca dos projetos e demais elementos que compõem o edital.

A Jurisprudência dos Tribunais de Contas do Paraná e Tribunal de Justiça do Paraná, assentaram entendimento sobre o tema:

Município de Ponta Grossa. Edital de Pregão Presencial nº 208/2016 . **Exigência de visita técnica obrigatória. Ilegalidade. Possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto.** Pela procedência, sem a aplicação de multas, com expedição de recomendação .

(TCE-PR 64673816, Relator.: IVENS ZSCHOERPER LINHARES, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 23/06/2020)

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO A SAÚDE. **EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO. ILEGALIDADE. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO CARACTERIZADA.** INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 30, § 5º, DA LEI 8.666/1993 .APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA MANTIDA EM GRAU DE REMESA NECESSÁRIA. (TJPR - 4ª C. Cível - 0000003-24 .2020.8.16.0004 - Curitiba - Rel .: DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA - J. 04.10.2021)

(TJ-PR - REEX: 00000032420208160004 Curitiba 0000003-24 .2020.8.16.0004 (Acórdão), Relator.: Maria Aparecida Blanco de Lima, Data de Julgamento: 04/10/2021, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 04/10/2021)

Percebe-se, portanto, que a exigência **EXCLUSIVA** de visita técnica em edital de licitação, ainda que justificada, é requisito **potencialmente restritivo à competição, representando ônus desnecessário ao licitante**, devendo ser facultado ao licitante a substituição da vistoria prévia por declaração formal de que possui pleno conhecimento das exigências e condições de execução do objeto a ser contratado.

Logo, necessário que seja acolhida a impugnação para que a cláusula 18 do Termo de Referência do edital seja retificada, devendo ser facultado ao licitante a substituição da vistoria prévia por declaração formal de que possui pleno conhecimento das exigências e condições de execução do objeto a ser contratado.

**3 – PEDIDO**

Diante do exposto, requer a impugnante:

Seja recebida a impugnação visto que tempestiva, e, no mérito, a sua procedência para:

a.1 – excluir o item 7.4.7 do edital, que estabeleceu que o índice de grau de endividamento máximo admitido para participação na licitação será no máximo igual ou menor que 0.50 (zero vírgula cinquenta), pela ausência de justificativa no processo administrativo e contrário ao § 5º do art. 69 da Lei 14.133/2021, bem como por ofensa ao caráter competitivo do certame e aos princípios da legalidade e do formalismo moderado;

a.2 – Retificar a cláusula 18 do Termo de Referência do edital, para constar que a visita técnica prévia é facultativa, podendo ser substituída declaração formal de que possui pleno conhecimento das exigências e condições de execução do objeto a ser contratado;

Requer, ainda, a **suspensão da presente licitação, e, após sanadas as inconsistências aqui suscitadas, seja republicado o edital.**

Termos em que,  
Pede deferimento.



Belo Horizonte, 14 de março de 2025.

**RAFAEL REZEK**  
**MOHALLEM:0013940**  
**4651**

Assinado de forma digital por  
RAFAEL REZEK  
MOHALLEM:00139404651  
Dados: 2025.03.17 17:06:06 -03'00'

**CONSTRUTORA REMO LTDA**  
**CNPJ sob o nº. 18.225.557/0001-96**  
**Rafael Rezek Mohallem – CPF: 001.394.046-51**

577

 <b>Ministério da Economia</b> <b>Secretaria de Governo Digital</b> <b>Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração</b> <b>Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</b>			<b>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</b>		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <div style="text-align: center; font-weight: bold;">31200829195</div>	Código da Natureza Jurídica  <div style="text-align: center; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			
1 - REQUERIMENTO					
<b>ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais</b>					
Nome: <u>CONSTRUTORA REMO LTDA</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  MGN2492354130		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
	2019	1		CESSAO DE COTAS	
	2003	1		ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
	2005	1		SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="text-align: center;"><b>BELO HORIZONTE</b> Local</p> <p style="text-align: center;"><b>7 JUNHO 2024</b> Data</p> </div> <div style="width: 50%;"> <p>Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:</p> <p>Nome: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Telefone de Contato: _____</p> </div> </div>					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO    ____/____/____    Responsável			Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável		
<input type="checkbox"/> NÃO    ____/____/____    Responsável			<input type="checkbox"/> NÃO    ____/____/____    Responsável		
<b>DECISÃO SINGULAR</b>					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
		____/____/____ Data		_____ Responsável	
<b>DECISÃO COLEGIADA</b>					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
		____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
Presidente da _____ Turma					
OBSERVAÇÕES					



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11830142 em 11/07/2024 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 243689730 - 20/06/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 632FFF021EFA05CA51856F06D89BBE89229A577. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/368.973-0 e o código de segurança j0ii Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
 SECRETARIA DE PAULA BOMFIM  
 SECRETARIA DE REG.

pág. 1/12



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/368.973-0	MGN2492354130	14/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11830142 em 11/07/2024 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 243689730 - 20/06/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 632FFF021EFA05CA51856F06D89BBE89229A577. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/368.973-0 e o código de segurança j0ii Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

**57ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CONSTRUTORA REMO LTDA**  
**CNPJ/MF n.º 18.225.557/0001-96**  
**NIRE n.º 31200829195**

**SÉRGIO MOHALLEM**, brasileiro, nascido em 26/06/1945, casado pelo regime de comunhão universal, engenheiro, portador da RG n.º MG-1974598, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 102.478.906-34, residente e domiciliado à Av. Celso Porfírio Machado, n.º 780, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-400; e

**B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.631.542/0001-16, com sede na Rua Dr. Plínio de Moraes, n.º 27, Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.170-170, neste ato, representada por seus sócios Igor Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30; e Bruno Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da RG n.º M 5.568.596, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 002.321.196-27; ambos com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1.838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228.

Únicos sócios da **CONSTRUTORA REMO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0001-96, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31200829195, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, pelo presente instrumento particular, resolvem proceder à 57ª Alteração e consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos que adiante se seguem.

## **1. INGRESSO DE NOVO SÓCIO**

**1.1.** Os sócios aprovam o ingresso da seguinte sócia na Sociedade:

- a. **MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.638.508/0001-13, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31214551615, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, neste ato representada por seu sócio Sérgio Mohallem, brasileiro, nascido em 26/06/1945, casado pelo regime de comunhão universal, engenheiro, portador da RG n.º MG-1974598, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 102.478.906-34, residente e domiciliado à Av. Celso Porfírio Machado, n.º 780, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-400.



2. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

2.1. O Sócio **SÉRGIO MOHALLEM**, titular de 8.095.530 (oito milhões noventa e cinco mil quinhentas e trinta) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, integralmente subscritas e integralizadas, resolve, neste ato, retirar-se da Sociedade mediante a transferência d totalidade de suas cotas à Sócia Ingressante, **MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA**.

2.2. O sócio retirante confere à Sociedade a mais plena, geral e irrevogável quitação para nada ter, haver e/ou reclamar, a que título for, em caráter irrevogável e irretratável. Lado outro, a sócia ingressante e a Sociedade conferem ao sócio retirante a mais plena, geral e irrevogável quitação para nada ter, haver e/ou reclamar em relação às suas obrigações enquanto sócio da Sociedade até a presente data.

2.3. Considerando a transferência de cotas disposta acima, fica alterada a disposição acerca do capital social do Contrato Social, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA 4ª** - O Capital Social é de R\$16.191.060,00 (dezesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta reais), dividido em 16.191.060 (dezesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em bens e moeda corrente do País, pelas Sócias, na proporção seguinte:

Sócio	Cotas	Valor	%
MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
<b>Total</b>	<b>16.191.060</b>	<b>R\$16.191.060,00</b>	<b>100</b>

3. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. As sócias aprovam as alterações acima, ficando o Contrato Social consolidado e passando a vigorar da seguinte forma:

CONSOLIDAÇÃO DA 57ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL DA

**CONSTRUTORA REMO LTDA**  
**CNPJ/MF n.º 18.225.557/0001-96**  
**NIRE n.º 31200829195**

**B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.631.542/0001-16, com sede na Rua Dr. Plínio de Moraes, n.º 27, Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.170-170, neste ato, representada por seus sócios Igor Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portado da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30; e Bruno Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da RG n.º M 5.568.596, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 002.321.196-27; todos com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1.838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228; e

**MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.638.508/0001-13, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31214551615, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, neste ato representada por seu sócio Sérgio Mohallem, brasileiro, nascido em 26/06/1945, casado pelo regime de comunhão universal, engenheiro, portador da RG n.º MG-1974598, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 102.478.906-34, residente e domiciliado à Av. Celso Porfírio Machado, n.º 780, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-400.

Únicas sócias da **CONSTRUTORA REMO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0001-96, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31200829195, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, resolvem consolidar seu Contrato Social, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA REMO LTDA**, com foro e sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem por finalidade os serviços de locação de veículos, mão de obra, máquinas e equipamentos; engenharia em geral, abrangendo o ramo de Engenharia Elétrica, compreendendo projetos, estudos, cálculos, consultas e execução de obras, referentes à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, equipamentos, materiais e máquinas



elétricas, sistemas de medição e controles elétricos, a representação de artigos correlatos, bem como o ramo de Engenharia Civil, compreendendo o planejamento, elaboração e execução de projetos de obras e serviços, incorporação, administração e empreitadas; serviços de inspeções aéreas (com utilização de aeronave própria ou de terceiros, alugada ou arrendada) e/ou terrestre em instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia, treinamento e aprimoramento da capacitação técnica de pessoal, prestação de serviços gerais de limpeza e coleta de lixo de qualquer natureza; manutenção em redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações de energia; gestão de ativos de iluminação pública, bem como a construção, manutenção e eficientização e cadastro georreferenciado de sistemas de iluminação pública; montagem e manutenção de equipamentos hidráulicos; a atividade de teleatendimento (call center); desenvolvimento de programas de computador (softwares); atividades de Iluminação Pública e instalação e manutenção elétrica.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FILIAIS, DEPÓSITOS E ESCRITÓRIOS**

A sociedade, de comum acordo entre os sócios, poderá abrir e extinguir filiais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, a qualquer tempo e onde convenha aos seus interesses, respeitando as restrições da lei.

**Parágrafo único:** A sociedade tem filial na cidade de Sorocaba – estado de São Paulo – na Rodovia Raposo Tavares, km 107,5 – bairro Ipanema do Meio – CEP 18001-974 inscrita no CNPJ/F sob o n.º 18.225.557/0005-10 e NIRE 0090002598-1, tem Depósito Fechado, denominado "Centro de Apoio", na cidade de Contagem – estado de Minas Gerais – na av. Uruguai n.º 55 – Bairro Industrial – CEP 32230-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0004-39 e NIRE 3190070168-0; filial na cidade de Atibaia – estado de São Paulo – a Rua Belém do Pará, n.º 169, Bairro Recreio do Estoril CEP 12.944-120, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0008-62 e NIRE 3590044908-9; filial na cidade de Contagem estado de Minas Gerais – rua Dona Maria Margarida n.º 280 A – Bairro Amazonas – CEP 32.240-000 e NIRE 3190082919-5; filial na cidade de Itajubá – estado de Minas Gerais rua Ismael Pinto de Noronha, n.º 72, Galpão 3, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP. 37.502-508 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/011-68 e NIRE 3190260657-9; e filial na cidade de Patrocínio – estado de Minas Gerais, na Avenida Marciano Pires, n.º 2695, Bairro Matinha, Cidade de Patrocínio/MG, CEP. 38.742-158 CNPJ/MF sob o n.º 28.225.557/0012-49 e NIRE 3190260658-7 e filial na cidade de Marechal Cândido Rondon estado do Paraná – na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 3333, Lote 83/84 B, bairro Industrial II, CEP. 85.960-000 CNPJ/MF 18.225.557/0013-20 e NIRE 4190192507-5; filial na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, n.º 15.300, bairro Alto Caiçaras, CEP. 30.750-920; filial na Avenida Marciano Pires, n.º 2.627, Bairro Belvedere, Patrocínio/MG, CEP. 38.742.158 e filial na Avenida Araguaia, s/n, Centro, Floresta do Araguaia/PA, CEP. 68.543-000.



**CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$16.191.060,00 (dezesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta reais), dividido em 16.191.060 (dezesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas pelas Sócias na proporção seguinte:

Sócio	Cotas	Valor	%
MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
<b>Total</b>	<b>16.191.060</b>	<b>R\$16.191.060,00</b>	<b>100</b>

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada ao total do capital social subscrito e integralizado.

**Parágrafo único:** Os administradores não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por ser encontrados sob efeitos dela a pena que deve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (Art. 1.011, §1º, Código Civil/2002).

**CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A Administração da sociedade está a cargo do não sócio **Rafael Rezek Mohallem**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, engenheiro inscrito sob o CPF n.º 001394.046-51, portador da carteira de identidade n.º M-6.073.693, SSP/MG, com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228; e do não sócio **Igor Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, casado em separação total de bens, empresário, portado da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30, com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, ambos sob a denominação de Diretores, percebendo remuneração mensal fixada de comum acordo, a título de *pró-labore*.

**Parágrafo único:** Todos os documentos e papéis que envolvam responsabilidade financeira para a sociedade serão assinados individualmente por um dos dois administradores, com exceção dos que envolvam a venda ou ônus de propriedade imobiliárias, veículos, equipamentos e demais bens patrimoniais, os quais serão assinados conjuntamente pelos dois administradores.



**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DURAÇÃO E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES**

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 15 de maio de 1974.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RETIRADA DA SOCIEDADE**

No caso em que um dos sócios queira retirar-se da sociedade, ou alienar parte de suas cotas, deverá comunicar tal fato ao sócio remanescente, com 90 (noventa) dias de antecedência, ficando este com a prioridade e preferência, em igualdade de preços, para adquirir as cotas do sócio retirante. O sócio remanescente terá um prazo de 10 (dez) meses para efetuar o pagamento ao sócio retirante em importâncias mensais iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

**CLÁUSULA NONA - DO AFASTAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO**

No caso de falecimento ou afastamento permanente de qualquer cotista, os herdeiros maiores terão o direito de substituí-lo na sociedade, mediante a respectiva alteração contratual. Na impossibilidade dos herdeiros em substituí-lo, poderá ser indicado por estes de comum acordo com o sócio remanescente, um preposto ou procurador, com os mesmos poderes do sócio ausente na administração da sociedade, os haveres do *de cujus*, compreendendo cotas de capital, créditos e contas correntes e sua parte nos lucros líquidos, apurados em balanço especial e com valores atualizados, serão pagos pela sociedade, ou pelo sócio remanescente, aos herdeiros, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

**Parágrafo primeiro:** O falecimento de qualquer cotista não dissolverá a sociedade.

**Parágrafo segundo:** Os valores a serem realizados, mencionados no *caput* desta cláusula, são os referentes aos ativos permanentes, com tais as imobilizações de terrenos, edifícios, equipamentos e demais bens, inclusive os estoques e almoxarifados, mediante avaliação idônea e específica.

**Parágrafo terceiro:** Os prepostos ou procuradores nomeados por herdeiros, na forma desta cláusula, somente poderão efetuar a venda ou alienação de bens da sociedade com prévia autorização por escrito dos herdeiros, obedecendo-se ainda ao disposto no parágrafo único da cláusula sexta (assinatura em conjunto dos dois administradores).



- 585

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO ANO COMERCIAL

O ano comercial compreende-se entre o dia 1ª de janeiro e o dia 31 de dezembro, data em que será levantado o Balanço Patrimonial com a Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade e os lucros e perdas líquidos ali apurados serão partilhados aos sócios na proporção de suas cotas, ou, a critério dos sócios, poderão ficar em suspenso para posterior aumento de capital, no todo ou em parte.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ABSTENÇÕES

É defeso aos sócios usarem a razão social da sociedade em negócios particulares ou estranhos à sociedade, tais como abonos, avais, endossos de favor, fianças e outros semelhantes, bem como em cartas de apresentação ou empenhos pessoais sem sentido societário.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Os casos omissos do presente contrato serão dirimidos pela legislação em vigor, no foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que legalmente privilegiado.

Por assim estarem os sócios justos e contratados, assinam a presente alteração e o contrato social consolidado após a 57ª (quinquagésima sétima) alteração.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em via única, que será assinada por todos os sócios, sendo as primeiras vias arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotadas.

Belo Horizonte/MG, 08 de maio de 2024.

**Documento assinado digitalmente por Sérgio Mohallem; B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, neste ato representada por Igor Maciel de Simoni Orlandi e Bruno Maciel de Simoni Orlandi; e MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA, neste ato representada por Sérgio Mohallem.**





## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/368.973-0	MGN2492354130	14/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
002.321.196-27	BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11830142 em 11/07/2024 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 243689730 - 20/06/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 632FFF021EFA05CA51856F06D89BBE89229A577. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/368.973-0 e o código de segurança j0li Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

002.321.196-27  
BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI  
SECRETARIA GERAL

587



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, de NIRE 3120082919-5 e protocolado sob o número 24/368.973-0 em 20/06/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11830142, em 11/07/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
102.478.906-34	SERGIO MOHALLEM
002.321.196-27	BRUNO MACIEL DE SIMONI ORLANDI

Belo Horizonte, quinta-feira, 11 de julho de 2024



Documento assinado eletronicamente por Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz, Servidor(a) Público(a), em 11/07/2024, às 08:24 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/368.973-0.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11830142 em 11/07/2024 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 243689730 - 20/06/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 632FFF021EFA05CA51856F06D89BBE89229A577. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/368.973-0 e o código de segurança j0ii Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/12



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 11 de julho de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11830142 em 11/07/2024 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 243689730 - 20/06/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 632FFF021EFA05CA51856F06D89BBE89229A577. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/368.973-0 e o código de segurança j0ii Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/12

589



1º Cartório de Notas de Vespasiano  
 Autêntico este documento, composto de 1 folha(s), por mim  
 rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução  
 fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.  
 Vespasiano, 14/05/2024 09:11:50 10022

SELO DE CONSULTA: HSI38710  
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9391.7607.5476.1749  
 Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:  
 SALMO WASLEY DE RESENDE - ESCRIVENTE  
 E:R\$7,36 R:R\$0,44 T:R\$1,02 I:R\$0,22 Total:R\$10,22  
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.fing.jus.br>



Nº DA  
 ETIQUETA  
 ACX038488



# CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CADEIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
2216520653

2216520653

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES

54619057934  
M2595015263

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

NOME: RAFAEL PEREZ MOHALLÉN

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF: M6073693 SEP MG

CPF: 001.394.046-51 DATA NASCIMENTO: 14/02/1976

FILIAÇÃO: SERGIO MOHALLÉN

MARIA DA GRACA PEREZ MOHALLÉN

EM

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: AB

Nº REGISTRO: 00512624789 VALIDEZ: 28/04/2031 1ª HABILITAÇÃO: 23/03/1994 4A

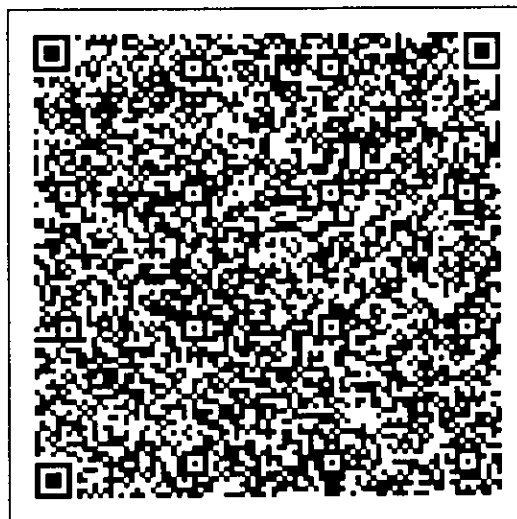
OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: 28/05/2021

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO: 28/05/2021

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

# IMPUGNAÇÃO em face do EDITAL CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2024

591



De RI PROJETOS <ri.projetosiob@gmail.com>

Para Departamento de Licitação. <licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br>

Data 2025-03-17 18:08

2ª IMPUGNAÇÃO - SIQUEIRA CAMPOS PR - CP 7.2025.pdf (~365 KB) CNPJ (2).pdf (~112 KB) Contrato\_ESP - Atualizado.pdf (~1,7 MB)

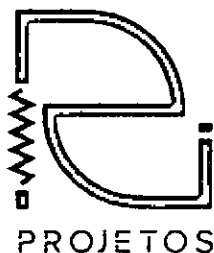
CNH Digital.pdf (~292 KB)

A empresa **LO BARBOSA RI PROJETOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 46.226.655/0001-83, com sede na Av. Frederico Lambertucci, nº 1374, Fazendinha, CEP: 81.330-000, Curitiba/PR, através do presente, vem apresentar impugnação em face ao Edital supramencionado, conforme anexo.

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Atenciosamente,





592

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS/PR**

**REF: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2024**

**IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 46.226.655/0001-83, com sede na AV. FREDERICO LAMBERTUCCI, Nº 1374, CASA 1, FAZENDINHA, CURITIBA – PR, CEP 81.330-000, neste ato representada pelo Sr. IGOR ODILON BARBOSA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.225.015-12061489 SPTC/ES e do CPF n.º 132.045.757-64, vem apresentar, **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO com IMPUGNAÇÃO**, face ao edital em referência pelos fatos e fundamentos que seguem:

**A. TEMPESTIVIDADE**

Antes de proceder à análise do mérito da presente impugnação, é necessário examinar a tempestividade da peça ora apresentada.

A sessão de lances do presente certame está agendada para o dia 21/03/2025. O instrumento convocatório estabelece que as impugnações poderão ser apresentadas pelos licitantes até o terceiro dia útil anterior à abertura da licitação, conforme traz o artigo. 164 da Lei 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Nesse mesmo entendimento, temos a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro.



"Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento. Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento."

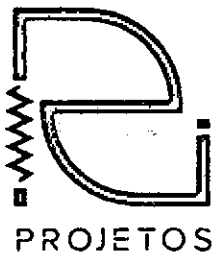
De acordo com a regra de contagem de prazos estabelecida no mencionado dispositivo da Lei nº 14.133/2021, o dia da licitação (dia de início) não é contado, e o prazo se encerra no dia 18/03/2025, que, por ser o último dia do prazo, deve ser incluído. Assim, a peça de impugnação protocolizada na data presente é totalmente tempestiva.

## **B. DOS FATOS**

**O MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a** "Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia elétrica para fornecimento e instalação de luminárias de LED; fornecimento de equipamentos de telegestão, manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/luminotécnicos conforme condições, quantidades, especificações e exigências constantes neste Edital no Termo de Referência."

A ora Impugnante observa a existência de vícios significativos que comprometem a integridade do processo em questão. A correção desses problemas é essencial para garantir a transparência e a legitimidade da abertura do certame e para permitir a formulação adequada das propostas.

Sem a devida retificação dos erros identificados, não é possível assegurar que o processo ocorrerá de maneira justa e eficiente, o que pode prejudicar a competitividade e a igualdade de condições entre os participantes. Portanto, é



594

imperativo que essas falhas sejam corrigidas previamente para que se possa avançar com um processo claro e equitativo.

Considerando o claro interesse público envolvido no procedimento em questão, dada a sua relevância e amplitude, solicita-se com a máxima urgência a análise do mérito desta Impugnação por parte do(a) Sr.(a) Pregoeiro(a).

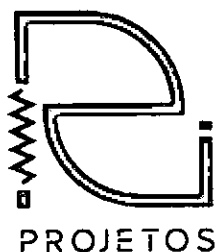
É crucial que essa avaliação seja realizada de forma célere para evitar prejuízos adicionais ao erário público, que certamente será comprometido caso o Edital permaneça em seus termos atuais. A seguir, apresentamos as evidências e argumentos que demonstram a necessidade urgente de revisão do Edital para assegurar a integridade e a eficiência do processo.

### C. DAS RAZÕES

De início, destaca-se que a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu artigo 23, parágrafo 1º, inciso IV, exige que, nos processos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços, o valor estimado seja definido com base no melhor preço.

O inciso IV do dispositivo acima citado, especifica que uma das formas de aferição desse valor é por meio de pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação:

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;



A escolha dos referidos fornecedores deve ser justificada e as cotações não podem ter sido obtidas com mais de seis meses de antecedência à publicação do edital.

O Decreto Municipal nº 041/2023, além de adotar o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, definiu o seguinte regramento quanto à elaboração do orçamento de referência de serviços de engenharia:

Art. 29 - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber (...)

Art. 32 - Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, **observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, a Planilha de composição de Custos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP/PA, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI).**

Vê-se que nas contratações de serviços de engenharia, o Município adotou como parâmetro para as pesquisas mercadológicas as tabelas SEDOP/PA e SINAPI.

Entretanto, nas referências especificadas nas planilhas orçamentárias, também utilizou de cotação "PRÓPRIA", sem demonstrar, especificar e justificar a origem dos valores cotados.

Ressalta-se, também, que a apresentação de cotações de produtos que não estejam em conformidade com as especificações do Edital é incompatível com os



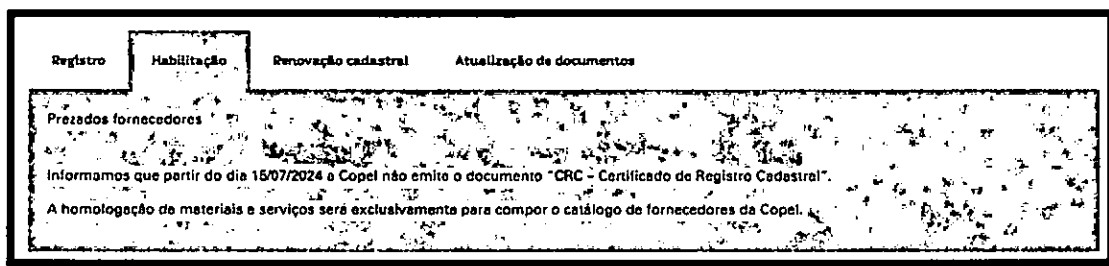
596

princípios que regem o processo licitatório, comprometendo a transparência, a competitividade e, até mesmo, o valor orçado da licitação.

Portanto, é imprescindível que a pesquisa de preços seja revista de modo a se adequar ao regramento previsto no Decreto Municipal e na Lei Federal de 3 Licitações. Além disso, a pesquisa mercadológica efetuada por cotações próprias do município deve ser divulgada, demonstrando-se que as empresas fornecedoras dos produtos cotados atendem integralmente às exigências do Edital, garantindo-se, ASSIM o atendimento ao princípio da transparência.

#### QUESTIONAMENTO Nº 1: CRC DA COPEL

A exigência da Certidão de Registro Cadastral (CRC) junto à COPEL, conforme estabelecido no edital, apresenta sérios problemas, especialmente porque a própria concessionária emitiu um comunicado oficial informando que, desde 15/07/2024, a emissão desse documento foi descontinuada. Dessa forma, a exigência do CRC torna-se inviável, criando um obstáculo indevido para a participação das empresas interessadas na licitação.



Além disso, é fundamental destacar que a COPEL não possui competência sobre o sistema de iluminação pública. A Resolução 414/2010 da ANEEL transferiu a responsabilidade pela iluminação pública das concessionárias de energia para as prefeituras municipais, retirando qualquer jurisdição da COPEL sobre esse



assunto. Portanto, a exigência do CRC junto à concessionária não apenas se torna equivocada, mas também pode causar atrasos significativos no processo licitatório.

Ao impor esse requisito, o edital cria uma barreira desnecessária para a concorrência, uma vez que as empresas teriam que passar por um processo cadastral junto a uma entidade que já não emite mais esse documento. Esse procedimento não apenas demanda tempo adicional, mas também não agrega benefícios substanciais à administração pública. Existem outras formas mais eficazes e juridicamente válidas para comprovar a experiência das licitantes em obras de iluminação pública, como a apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a realização de serviços semelhantes aos exigidos no edital.

Ademais, em outras licitações, decisões favoráveis à exclusão dessa exigência já foram obtidas por meio de impugnação, como ocorreu no município de Boa Vista da Aparecida. Inclusive, em resposta à impugnação, o próprio município esclareceu que o CRC da COPEL não é mais emitido, reforçando a impossibilidade de sua exigência.

~~(Excluído) b) As empresas proponentes, deverão apresentar no ato do certame: Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela COPEL, em nome da empresa proponente atestando prestar serviços na rede elétrica.~~

Diante desse cenário, é essencial que essa exigência seja formalmente excluída do edital, considerando que sua obtenção é impraticável. Tal medida garantiria um processo licitatório mais eficiente e justo, evitando atrasos desnecessários para a administração pública e assegurando uma concorrência mais equitativa entre as empresas participantes.



598

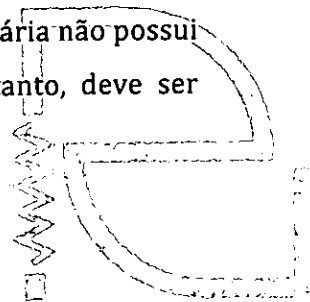
**CONCLUSÃO:**

Exigimos a apresentação de três empresas que possuem produtos que atendem em totalidade as exigências do edital, esta exigência está com conformidade com a Lei nº 14.133/2021 exige que as cotações em processos licitatórios sejam obtidas de fornecedores que atendam integralmente ao edital, garantindo a transparência e a competitividade.

**D. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer que:

- a) A exigência de registro cadastral na COPEL é inadequada, considerando que não é mais possível a obtenção da mesma e que a concessionária não possui competência sobre o sistema de iluminação pública, portanto, deve ser removida do certame.



Curitiba, 17 de março de 2025.

IGOR ODILON

BARBOSA:13204575

764

Assinado de forma digital por IGOR

ODILON BARBOSA:13204575764

Dados: 2025.03.17 18:01:20 -03'00'

**IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**

**Igor Odilon Barbosa**



## MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 1837 – Centro, Siqueira Campos – PR.

CEP: 84940-000 CNPJ: 76.919.083/0001-89

599

### MEMORANDO INTERNO


De: Setor de Licitações e Contratos

Para: Departamento Jurídico

Data: 18/03/2025

Encaminhamos para análise e emissão de parecer os pedidos de impugnação do edital da Concorrência Presencial nº07/2024 apresentados pelas empresas I O BARBOSA RJ PROJETOS E CONSTRUTORA REMO LTDA (folhas 567 – 598).

Atenciosamente,

  
Ângela Costa dos Santos  
Agente de Contratação

600

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO: 108/2025.

ORIGEM: LICITAÇÃO.

PARA: ORIGEM.

ASSUNTO: Impugnação ao Edital de Licitação Concorrência Presencial 07/2024

Conforme o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para interposição de impugnação ao edital de licitação é de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes. No caso em tela, a licitação está marcada para 21/03/2025, e o pedido de impugnação foi protocolado em 17/03/2025.

A empresa impugnante alega dois pontos principais:

1. Vícios na pesquisa de preços, em desconformidade com a Lei nº 14.133/2021;

2. Exigência do CRC da COPEL, que estaria equivocada, conforme comunicado da própria COPEL e posicionamento recente do TCE-PR.

A impugnante sustenta que a pesquisa de preços não está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à justificativa do valor máximo da licitação. O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a estimativa de preços deve ser fundamentada em critérios técnicos e objetivos, podendo utilizar tabelas de referência, como SINAPI, ORSE e CDHU, ou pesquisas de mercado.

No caso em análise, conforme parecer jurídico anterior, o Jurídico Municipal já havia alertado para a necessidade de justificativa detalhada do racional utilizado na pesquisa de preços, uma vez que as tabelas SINAPI e os orçamentos apresentados não abarcavam todos os itens da licitação.

Recomendação:

- A equipe técnica responsável pelo estudo preliminar deve apresentar, com urgência, justificativa clara e detalhada sobre o racional utilizado para a estimativa de preços, especialmente em relação à utilização de tabelas de referência e pesquisas de mercado.

- Caso não seja possível justificar adequadamente a pesquisa de preços, sugere-se a retificação do edital para corrigir possíveis vícios que possam comprometer a licitação.

A impugnante alega que a exigência do Certificado de Registro Cadastral (CRC) da COPEL é equivocada, uma vez que a COPEL teria descontinuado a emissão desse documento.

Sobre o assunto registro que o posicionamento recente do TCE-PR (Processo nº 693653/22), que entende ser ilegítima a exigência do CRC, por restringir a competitividade e violar os princípios da legalidade, economicidade e impessoalidade.

- Em 2016, o TCE-PR, por meio da Representação nº 469950/16, entendia ser legítima a exigência do CRC. No entanto, em decisão mais recente (Processo nº 693653/22), o Tribunal alterou seu entendimento, recomendando que os municípios não incluam tal exigência em editais de licitação.

- O princípio da legalidade (art. 37 da CF/88) exige que a administração pública aja estritamente dentro dos limites da lei. Portanto, a exigência do CRC deve ser fundamentada em disposição legal ou regulamentar específica.

**Recomendação:**

- A equipe técnica deve justificar, de forma fundamentada, os motivos para a exigência do CRC da COPEL, demonstrando sua necessidade e legalidade.

- Caso não seja possível justificar a exigência, sugere-se a retirada do CRC do edital, em conformidade com o posicionamento atual do TCE-PR e com o princípio da legalidade e a reabertura de nova data para a realização do certame.

- Recomenda-se que a equipe técnica apresente, com urgência, justificativa clara e detalhada sobre o racional utilizado para a estimativa de preços, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

- Caso não seja possível justificar adequadamente, sugere-se a retificação do edital.

Considerando que a licitação está marcada para 21/03/2025, recomenda-se que as providências sejam adotadas com a máxima urgência, a fim de evitar a nulidade do processo licitatório por vícios no edital.

Siqueira Campos, 19 de março de 2025.

  
Carlos Alexandre Ferreira da Silva  
OAB PR 47.034.

602

De: Departamento de Licitação. <[licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br](mailto:licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br)>

Enviada em: quarta-feira, 19 de março de 2025 10:51

Para: [licitacoes@samariluminacao.com.br](mailto:licitacoes@samariluminacao.com.br)

Assunto: Re: ENC: IMPUGNAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2024 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 07/2024

Bom dia!

Informamos que a impugnação não será objeto de análise visto que ocorreu intempestivamente.

A 2025-03-18 17:31, [licitacoes@samariluminacao.com.br](mailto:licitacoes@samariluminacao.com.br) escreveu:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2024**

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 07/2024 – INVERSÃO DE FASES**

**REABERTURA**

Prezados, boa tarde.

Encaminhamos em anexo impugnação do edital acima destacado.

Favor confirmar recebimento.

Att.,

Favor confirmar o recebimento.



Setor de Licitações e Contratos.

Favor confirmar o recebimento.

RES: RES: ENC: IMPUGNAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2024 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL  
N° 07/2024



De <licitacoes@samariluminacao.com.br>  
Para 'Departamento de Licitação.' <licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br>  
Data 2025-03-19 14:52

603

Com todo o respeito, o entendimento está equivocado e merece ser revisto, tanto para esse certame como para as demais compras públicas do município.

Eis o exemplo de um renomado escritório que talvez deixe claro a forma correta:

3. Os prazos para pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital – art. 164 da Lei 14.133:

[https://justen.com.br/artigo\\_pdf/os-prazos-do-procedimento-licitatorio-na-lei-14-133-2021/](https://justen.com.br/artigo_pdf/os-prazos-do-procedimento-licitatorio-na-lei-14-133-2021/)

Ainda que não haja revisão acerca da tempestividade da impugnação, de acordo com o Acórdão 7289/2022 do Tribunal de Contas da União, mesmo que ausente os requisitos de admissibilidade, **É DEVER DO AGENTE PÚBLICO FAZER UM REVISÃO CRITERIOSA DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS E ADOTAR PROVIDÊNCIAS DE OFÍCIO CASO ENCONTRE ALGUMA IRREGULARIDADE, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE.**

Att.



Departamento de Licitações  
☎ (41) 3165-6868  
[licitacoes@samariluminacao.com.br](mailto:licitacoes@samariluminacao.com.br)



De: Departamento de Licitação. <licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 19 de março de 2025 13:03

Para: [licitacoes@samariluminacao.com.br](mailto:licitacoes@samariluminacao.com.br)

Assunto: Re: RES: ENC: IMPUGNAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2024 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 07/2024

O documento foi recebido (PROTOCOLADO) no dia 18/03, às 17:31h. No entanto, três dias úteis antes da licitação no nosso entendimento o prazo se encerrou no dia 17/03.

A 2025-03-19 11:23, [licitacoes@samariluminacao.com.br](mailto:licitacoes@samariluminacao.com.br) escreveu:

Bom dia,

Ocorreu feriado essa semana no município? Ao que verifiquei não.

Da mesma forma, lembramos que é ilegal restringir o protocolo ao horário de funcionamento da entidade promotora do certame, quando feito de maneira remota, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União, ao proferir o recente Acórdão n. 969/22-Plenário.

**Favor, especificar o motivo da intempestividade, sob pena de nulidade absoluta dos atos.**

No nosso entendimento, caso não tenha havido feriado, encontra-se respeitado os três dias úteis antes da data da abertura do certame, previsto no artigo 164 da Lei 14.133.

Att.,

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS - PR.**

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/204**

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.416.572/0001-14, com sede no Município de Curitiba/PR, na Rua José Rodrigues Pinheiro, n.º 2300, Capão Raso, CEP 81.020-490, representada neste ato por **FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.845.194-5 e inscrito no CPF/MF sob n.º 047.840.889-70, vêm, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em epígrafe, conforme a seguir:

**01. DA TEMPESTIVIDADE.**

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para 21.03.2023, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito previsto em lei.

**02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO – FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.**

A Concorrência em referência, tem por objeto: "contratação de empresa especializada no ramo de engenharia elétrica para fornecimento e instalação de luminárias de LED; fornecimento de equipamentos de telegestão, manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/luminotécnicos conforme condições, quantidades, especificações e exigências constantes neste Edital e no Termo de Referência".

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**

CNPJ 24.416.572/0001-14

Rua José Rodrigues Pinheiro, 2300 – CIC – Curitiba – PR – CEP 81170-200

Telefone (41) 3165-6868

e-mail: contato@samariluminacao.com.br

www.samariluminacao.com.br



A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, bem ainda, por ferir o princípio da **COMPETITIVIDADE**, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

### **03. FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.**

A presente impugnação tem o intuito de zelar pela regularidade da presente Concorrência Pública, que visa à contratação de empresa para modernização do parque de iluminação pública do município de Siqueira Campos.

Feitos referidos apontamentos, vem a impugnante demonstrar o item que vicia o ato convocatório, senão vejamos:

#### **03.01. PRODUTO DIFERENTE NA PLANILHA DE PREÇOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

##### **ITEM 2.2.15, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

2.2.15	CDHU/SP	70.05.006	LUMINÁRIA LED 20W COM BRAÇO, PARA TRAVESSIA DE PEDESTRE	pç	10
--------	---------	-----------	---	----	----

##### **ITEM 7.2 TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÃO DA LUMINÁRIA PARA FAIXA DE PEDESTRE**

Modelo com 02 módulos de LED

Tensão: 90 a 300V

Potência Máxima dos Módulos: 100W

Eficiência: Mínima 135 lm/W

Lâmpada Interna: LED

Protetor de Surtos: 10kA, 10kV;

Proteção choques elétricos: Classe I ou II

Temperatura de operação: até 45°C

Lente dos LEDs: em PMMA

Temperatura de Cor: 4000K

Não é preciso ser um expert no assunto para verificar que estamos falando de dois produtos totalmente diferentes em todos os aspectos e com característica técnicas totalmente diferentes, os preços dos produtos são totalmente diferentes, enquanto a luminária da planilha está orçada em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), a luminária que está especificada no terno de referência, segundo nossas cotações é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para atender os princípios que norteiam uma licitação somente para correção deste item já acarretaria em suspensão do processo.

### **03.02. PROVA CONCEITO / AMOSTRAS.**

No termo de referência item 13 é estabelecido as regras das amostras e prova conceito conforme a seguir:

"Prova de Conceito como sendo a "amostra a ser fornecida pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico"( Artigo 2º, Inciso XXIV).

No ato posterior a entrega das propostas e anterior a fase de lances, o LICITANTE, ofertante do menor preço, a comissão de licitações convocará o comparecimento da LICITANTE para comprovação prática com o processo de Prova de Conceito - POC e análise de amostras dos seguintes itens"

g) Braço curvô em aço galvanizado a fogo, com sapata de 2000mm ou de 3000mm;

**Não existe especificação técnica, as quais os braços galvanizados devam atender.**

h) Luminária LED para iluminação da Travessias de Pedestres;

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**

CNPJ 24.416.572/0001-14

Rua José Rodrigues Pinheiro, 2300 - CIC - Curitiba - PR - CEP 81170-200

Telefone (41) 3165-6868

e-mail: contato@samariluminacao.com.br

www.samariluminacao.com.br



**Incongruência entre o termo de referência e a planilha orçamentária, são materiais totalmente destintos.**

i) Poste metálico com suporte horizontal para iluminação da faixa de pedestre.

**Se com uma definição de regras imprecisas e a não existindo a correta especificação dos materiais que serão analisadas a classificação ou desclassificação de uma empresa e puramente subjetiva, cabendo exclusivamente a gosto e a critério do avaliador das amostrar, classificar um desclassificar a empresa que ele bem quiser.**

### **03.03. MATERIAIS CONSTANTES NA PLANILHA DE PREÇOS QUE NÃO POSSUEM PREVISÃO DE INSTALAÇÃO.**

#### **BRAÇO DE 4 METROS**

Na planilha orçamentária estão previstos a instalação de 252 braços de 4 metros, que estão orçados em R\$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais) porém, não existe especificação técnica deste braço e nem tão pouco no arquivo onde estão relacionadas as ruas onde devem ser trocados os equipamentos, **NÃO EXISTE NENHUMA RUA OU AVENIDA QUE CONTEMPLE BRAÇO DE 4 METROS**. Aqui existe uma possibilidade de jogo de planilha, e/ou desigualdade entre os competidores.

#### **EQUIPAMENTOS DE TELEGESTÃO**

Na planilha orçamentária estão previstos a instalação de 447 **CONTROLADORES PARA SISTEMA DE TELEGESTÃO (NÓ DE REDE)**, no anexo onde estão relacionadas ruas onde serão aplicadas a telegestão encontramos apenas 181 pontos onde serão instalados estes equipamentos. Novamente aqui existe uma possibilidade de jogo de planilha, e/ou desigualdade entre os competidores.

SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA

CNPJ 24.416.572/0001-14

Rua José Rodrigues Pinheiro, 2300 – CIC – Curitiba – PR – CEP 81170-200

Telefone (41) 3165-6868

e-mail: contato@samariluminacao.com.br

www.samariluminacao.com.br



**03.04. ITEM 2. 2 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - FORNECIMENTO DE MATERIAIS.**

O que se entende pelo BDI de 10,89% aplicados em todos esses itens relativos aos materiais, são que nestes itens não estão computados os serviços de instalações desses materiais, se caso fosse o BDI deveria ser de 23,51%.

**Como serão remunerados os serviços de instalações desses materiais? Se já estiver incluso a mão de obra de instalação o BDI está incorreto.**

Fica impossível para qualquer empresa que não tenha algum conhecimento prévio executar um orçamento correto, possivelmente nesse caso, ferindo mais uma vez a desigualdade.

**04. CONCLUSÃO.**

Ante o exposto, requer em síntese, sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão está designada para 21.03.2025, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, e não ocorra a suspensão da sessão, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior



**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

Os abaixo identificados e qualificados:

**FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS**, brasileiro, maior, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 18/07/1986, natural de Cambé-PR, advogado, inscrito no CPF nº 047.840.889-70, RG nº 8845194-5 SSP/PR, expedida em 01/10/1999, residente e domiciliado na Rua João Américo de Oliveira, 760, Apto 3401, Hugo Lange, Curitiba, Paraná, CEP: 80.040-352.

**IVAN LUIZ ALVES MARTINS**, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/04/1958, natural de Califórnia-PR, engenheiro eletricitista, inscrito no CPF nº 531.218.309-10, RG nº 1240795-5 SSP/PR, expedida em 05/08/2014, residente e domiciliado na Rua Bento Viana, nº 1078, Andar 11, Apto 1101, Água Verde, Curitiba-PR, CEP: 80.240-110.

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 24.416.572/0001-14, com sede e foro na Rua José Rodrigues Pinheiro, 2300, Cidade Industrial, CEP: 81.170-200, Curitiba, Paraná, sob o nº 41208350814 em 16/03/2016 e última alteração contratual registrada em 19/05/2022, sob nº 223230839, Resolvem, pelo presente instrumento alterar o seu contrato social, pelas cláusulas e condições seguintes:

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO SOCIAL:** A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; comércio atacadista de materiais elétricos; construção de estações e redes de telecomunicações; instalação e manutenção elétrica; serviços de engenharia; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; construção de edifícios; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; obras de alvenaria; fabricação de

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CNPJ: 24.416.572/0001-14**

**NIRE: 41208350814**

611

estruturas metálicas; obras de terraplanagem; construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção de rodovias e ferrovias; fabricação de lâmpadas; fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação; obras de montagem industrial; e comércio varejista de material elétrico, **PASSA A TER**, a exploração no ramo de montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; comércio atacadista de materiais elétricos; construção de estações e redes de telecomunicações; instalação e manutenção elétrica; serviços de engenharia; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; construção de edifícios; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; obras de alvenaria; fabricação de estruturas metálicas; obras de terraplanagem; construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção de rodovias e ferrovias; fabricação de lâmpadas; fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação; obras de montagem industrial; comércio varejista de material elétrico; e compra e venda de imóveis próprios.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Diante das disposições constantes nos itens anteriores, deliberam os sócios alterar integralmente o contrato social, bem como consolidá-lo, o qual passa a vigorar inteiramente pelas cláusulas a seguir expostas:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**  
**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**

**CNPJ: 24.416.572/0001-14**

**NIRE: 41208350814**

Os abaixo identificados e qualificados:

**FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS**, brasileiro, maior, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 18/07/1986, natural de Cambé-PR, advogado, inscrito no CPF nº 047.840.889-70, RG nº 8845194-5 SSP/PR, expedida

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

em 01/10/1999, residente e domiciliado na Rua João Américo de Oliveira, 760, Apto 3401, Hugo Lange, Curitiba, Paraná, CEP: 80.040-352.

**IVAN LUIZ ALVES MARTINS**, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/04/1958, natural de Califórnia-PR, engenheiro eletricista, inscrito no CPF nº 531.218.309-10, RG nº 1240795-5 SSP/PR, expedida em 05/08/2014, residente e domiciliado na Rua Bento Viana, nº 1078, Andar 11, Apto 1101, Água Verde, Curitiba-PR, CEP: 80.240-110.

**RESOLVEM**, estando entre si justos e avençados, constituir uma Sociedade Empresária Limitada que se regerá pelas disposições aplicáveis a espécie e pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO:** A sociedade girará sob a denominação social de **SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, com o nome fantasia **SAMAR ENGENHARIA**, com sede em Curitiba/PR, na Rua José Rodrigues Pinheiro, 2300, Cidade Industrial, CEP: 81.170-200, Curitiba, Paraná.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**Parágrafo Único** – A sociedade mantém uma filial ativa, constituída em 09/09/2020 sob CNPJ 24.416.572/0002-03, no seguinte endereço: Rua André de Barros, 226, sala 1405, Centro, CEP: 80.010-080, Curitiba, Paraná.

**CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01/04/2016.

**CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL:** A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; comércio atacadista de materiais elétricos; construção de estações e redes de telecomunicações; instalação e manutenção elétrica; serviços de engenharia; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; construção de edifícios; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; obras de alvenaria; fabricação de estruturas metálicas; obras de terraplanagem; construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção de rodovias e ferrovias; fabricação de lâmpadas; fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação; obras de montagem industrial; comércio varejista de material elétrico; e compra e venda de imóveis próprios.

**CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL:** O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais), dividido em 8.000.000 (Oito milhões) de cotas no valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (Um real) cada uma, está assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL	%
FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS	1.760.000	1.760.000,00	22%
IVAN LUIZ ALVES MARTINS	6.240.000	6.240.000,00	78%
<b>TOTAL</b>	<b>8.000.000</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>

**CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispões o art.1052 da Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS:** As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda.

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

**Parágrafo Único:** O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas cotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de cotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das cotas se fará na proporção das cotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser livremente transferidas.

**CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:** A administração da sociedade caberá ao sócio **FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS** e **IVAN LUIZ ALVES MARTINS**, com quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

**§ 1.º** – É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**§ 2.º** – Faculta-se aos administradores, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

**CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADA PRÓ-LABORE:** Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DO RESULTADO:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios, mediante assembleia que deliberará sobre a forma de distribuição de lucros ou perdas apurados, não havendo essa, cabendo na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

**Parágrafo Único** – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às cotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art.1059 da Lei nº10.406/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – JULGAMENTO DAS CONTAS:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**Parágrafo Único** – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

**SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**  
**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 24.416.572/0001-14**  
**NIRE: 41208350814**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO:**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro de Curitiba/PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em única via.

Curitiba/PR, 16 de novembro de 2023

---

FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS

---

IVAN LUIZ ALVES MARTINS



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 8 de 8

617

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SAMAR ILUMINACAO E ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04784088970	FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS
53121830910	IVAN LUIZ ALVES MARTINS




CERTIFICO O REGISTRO EM 20/11/2023 09:48 SOB N° 20238069052.  
PROTOCOLO: 238069052 DE 20/11/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12316571703. CNPJ DA SEDE: 24416572000114.  
NIRE: 41208350814. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/11/2023.  
SAMAR ILUMINACAO E ENGENHARIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)


A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.




618



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3311127341

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

7.1 TIPO E 7.2 SOBRENOME  
FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS

11. HABILITAÇÃO  
30/1/2004

3. DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
18/07/1986, CAMBÉ, PR

4a. DATA EMISSÃO  
04/10/2024

6a. VALIDADE  
04/10/2034

ACE  
D

4a. DOCUMENTO / OUT (ATMOSP / UH)  
88451945 SE5P PR

6a. CPF  
047.840.889-70

5. UF REGISTRO  
0344188766







7.9. CAT (AGE)  
B








NACIONALIDADE  
BRASILEIRO(A)

FRANCO  
IVAN LUIZ ALVES MARTINS

MARIA ANGELA SARTINI MARTINS

7. ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
A				
A1				
B			04/10/2034	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
DE				
CE				
CE1				
DE				
D1E				

12. OUTRA FOM(DT)

LOCAL  
CURITIBA, PR

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

84.010849-060  
PR92516717

PARANÁ

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO/SENATRAN**

[illegible]

I<BRA034418887<669<<<<<<<<<  
8607184M3410048BRA<<<<<<<<<2  
FRANCISCO<<CAR<SARTINI<MARTINS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS**  
**Gabinete do Prefeito**

619

**03.01. PRODUTO DIFERENTE NA PLANILHA DE PREÇOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Resposta:

A empresa licitante deverá seguir as especificações técnicas do Termo de Referência.

**03.02. PROVA CONCEITO / AMOSTRAS.**

Em relação ao item 03.02 acima, segue a análise realizada:

g) Braço curvo em aço galvanizado a fogo, com sapata de 2000mm ou de 3000mm;

Resposta: As especificações técnicas a serem seguidas são mesmas especificações definidas pela COPEL de longa data e conhecida por qualquer empresa do ramo. Apesar de não constarem na presente licitação é facilmente encontrada no site da Copel.

De qualquer forma seguem anexa as especificações a serem adotadas.

h) Luminária LED para iluminação da Travessias de Pedestres;

Respostas: Serão analisadas as especificações técnicas conforme constante no Termo de Referência.

i) Poste metálico com suporte horizontal para iluminação da faixa de pedestre.

Respostas: Serão analisadas as especificações técnicas conforme constante no Termo de Referência.

**03.03. MATERIAIS CONSTANTES NA PLANILHA DE PREÇOS QUE NÃO POSSUEM PREVISÃO DE INSTALAÇÃO.**

**BRAÇO DE 4 METROS**

Resposta: Apesar de não constar a previsão de instalação na relação das ruas, este braço será utilizado em futuras demandas previstas. Portanto serão considerados somente o fornecimento do material. A relação das ruas apontadas em arquivo serve como referência e amostra dos locais que provavelmente serão instalados, mas que poderão ser modificações, a critério da contratante, e que serão definidos no processo de aprovação do projeto junto à Copel.

**EQUIPAMENTOS DE TELEGESTÃO**

Resposta: Apesar de não constar a previsão total de instalação na relação das ruas, estes equipamentos terão a confirmação na elaboração do projeto a ser definido. A relação das ruas apontadas em arquivo serve como referência e amostra dos locais que provavelmente serão instalados, mas que poderão ter modificações, a critério da contratante, e que serão definidos no processo de aprovação do projeto junto à Copel.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS**  
**Gabinete do Prefeito**

**03.04. ITEM 2.2 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - FORNECIMENTO DE MATERIAIS.**

Como serão remunerados os serviços de instalações desses materiais? Se já estiver incluso a mão de obra de instalação o BDI está incorreto.

Resposta: Os serviços dos itens 2.2 serão remunerados conforme itens 2.1 da planilha orçamentária.

620

SIQUEIRA CAMPOS 20 DE MARÇO DE 2025

**RODRIGO SILVA DE FREITAS**  
ENG. CIVIL  
CREA-PR 181.464



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS  
Gabinete do Prefeito

621

Em resposta à impugnação da empresa RI PROJETOS

QUESTIONAMENTO Nº 1: CRC DA COPEL

Resposta:

O CRC DA COPEL será exigido **APENAS** da empresa ganhadora do certame, conforme item 9 do Termo de Referência.

Tal exigência se justifica em função que as luminárias serão instaladas na rede energizada da concessionária de energia elétrica Copel, portanto imprescindível que o instalador esteja capacitado e apto para a realização dos serviços em rede energizada.

Apesar que a Copel não emitir mais o certificado, as empresas têm que ter capacidade em realização neste tipo de instalação, haja visto, diversos acidentes ocorridos em serviços semelhantes acontecidos no próprio município.

QUESTIONAMENTO Nº 2: TRÊS EMPRESAS FORNECEDORAS

Resposta:

Segue relação das empresas fornecedoras.

<https://tropico.com.br/produto/publicas/luminaria-faixa-pedestres-pictograma/>

<https://www.contgansin.com.br/galeria/produtos/>

<https://ebitech3.com.br/produti/Sistema-Pedestre-Seguro-Inteligente>

SIQUEIRA CAMPOS 20 DE MARÇO DE 2025

RODRIGO SILVA DE FREITAS  
ENG. CIVIL  
CREA-PR 181.464/D



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS**

**ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.919.083/0001-89**

**Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837 – Centro – Fone: (43) 3571 1122**

622

## **Gabinete do Prefeito**

### **DECISÃO**

Assunto: Licitação. Concorrência Pública Presencial nº 07/2024. Contratação de empresa especializada no ramo engenharia elétrica para fornecimento e instalação de luminárias de LED; fornecimento de equipamentos de telegestão, manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/luminotécnicos.

**ORIGEM: GABINETE**

**DESTINO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

### **RELATÓRIO**

As empresas: **CONSTRUTORA REMO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 18.225.557/0001-96; **IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**, inscrita no CNPJ sob nº 46.226.655/0001-83; e **SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.416.572/000-14, protocolizaram IMPUGNAÇÃO ao Edital nº 07/2024 de concorrência pública cujo objeto é a “Contratação de empresa especializada no ramo engenharia elétrica para fornecimento e instalação de luminárias de LED; fornecimento de equipamentos de telegestão, manutenção e cadastro das luminárias existentes e projetos elétricos/luminotécnicos” conforme razões apregoadas em seus respectivos pedidos, na forma dos documentos acostados neste processo administrativo.

Sobre as razões de impugnação, o Departamento Jurídico desta Prefeitura Municipal se manifestou apenas sobre dois itens, qual seja:

1. Eventuais irregularidades na pesquisa de preços em descompasso com a Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021;
2. Exigência de CRC da COPEL, a qual estaria dispensada, em tese, segundo a própria Companhia.

Sugeri alterações e/ou justificativas conforme Parecer nº 108/2025.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS**

**ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.919.083/0001-89**

**Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837 – Centro – Fone: (43) 3571 1122**

A este processo foi juntado respostas elaboradas pelo Engenheiro Civil: Rodrigo Silva de Freitas, conforme se observa dos documentos em anexo.

623

### **CONCLUSÃO**

Com base na análise das impugnações efetuada pelo corpo técnico do Município de Siqueira Campos, autorizo a continuidade do processo licitatório Concorrência Pública Presencial nº 07/2024.

Diante do exposto, decido:

I – Indefiro as impugnações das empresas: **CONSTRUTORA REMO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 18.225.557/0001-96; **IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**, inscrita no CNPJ sob nº 46.226.655/0001-83; e **SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.416.572/000-14;

II – Em razão da disposição retro, que seja dado continuidade ao presente processo licitatório com a execução dos atos necessários ao certame.

Siqueira Campos, 20 de março de 2025.

  
**Luiz Henrique Germano**  
**Prefeito Municipal**



# MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 1837 - Centro, Siqueira Campos - PR.

CEP: 84940-000 CNPJ: 76.919.083/0001-89

## PARECER DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2024


624

A Comissão de Contratação do Município de Siqueira Campos, nomeada pela Portaria nº 11/2024, tendo ciência das impugnações apresentadas pelas empresas: CONSTRUTORA REMO LTDA, IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS E SAMAR ILUMINAÇÃO E ENGENHARIA LTDA e do parecer jurídico emitido pelo procurador do Município, Doutor Carlos Alexandre Ferreira da Silva, emite o seguinte parecer:


"A Comissão decide acatar integralmente as recomendações contidas no parecer jurídico e opina pela suspensão do processo para análise mais detalhada dos questionamentos para possíveis retificações".

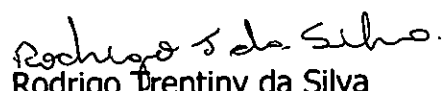
No entanto, por determinação da autoridade administrativa superior do Município de Siqueira Campos, o processo licitatório terá continuidade com todos os seus atos posteriores.

Siqueira Campos, 20 de março de 2025.

  
Ângela Costa dos Santos  
Agente de Contratação

Angélica Oliveira da Silva Rodrigues  
Equipe de Apoio

  
Marcelo José da Rosa  
Equipe de Apoio

  
Rodrigo Trentiny da Silva  
Equipe de Apoio